

RAÇA, GÊNERO E CLASSE: RESISTÊNCIAS E MEMÓRIA NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA PÓS-ABOLIÇÃO

Priscilla Régis Cunha de Queiroz¹

Juliana Magalhães Linhares²

O presente dossiê nasceu do esforço conjunto para explorar as complexas dinâmicas sociais que moldaram o Brasil após 1888, cientes que a abolição da escravidão extinguiu formalmente a instituição escravista, mas não assegurou a incorporação plena da população negra e pobre à cidadania republicana. A nova ordem social manteve desigualdades estruturais, sustentadas por mecanismos de exclusão que foram juridicamente reconfigurados, mas que preservaram, em larga medida, a lógica de coerção e subalternização herdada do regime escravista (CHALHOUB, 1990; MATTOS, 1998).

Os artigos aqui reunidos, organizados por nós, professoras Priscilla Régis Cunha de Queiroz (UFCA) e Juliana Magalhães Linhares (Faculdade 05 de Julho), mergulham em pesquisas que investigam como as populações negras, muitas vezes marginalizadas, forjaram suas identidades, reivindicaram direitos e construíram a cidadania em um cenário permanente de exclusão. Os textos aqui reunidos buscam dar conta da construção de pesquisas sólidas que, em seu transcurso de consolidação, somaram à produção do debate historiográfico, destacando a importância das pesquisas sobre a construção da cidadania pós-abolição no Brasil.

Neste momento, em que o Brasil discute o fortalecimento de suas instituições democráticas e a consolidação do caráter cidadão da nossa Carta Magna de 1988, este dossiê debate o percurso histórico e o impacto social de um processo que parece estar ainda em plena disputa: a constituição da cidadania no Brasil, principalmente da população negra. Isso será feito, principalmente, ao agregarmos ao dossiê duas valiosas entrevistas: uma com a pesquisadora e professora de História,

¹ Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense – UFF. É Professora Adjunta no Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Cariri – UFCA, com atuação nos cursos de Graduação em Museologia e Mestrado em Biblioteconomia. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4506080444921335>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1933-6634>. E – Mail: priscilla.queiroz@ufca.edu.br.

² Doutora em História pela Universidade Federal do Ceará – UFC. É professora na Faculdade 5 de Julho e no Centro Universitário Inta – UNINTA. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1341793282507886>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6976-8948>. E – Mail: julianalinhares05@gmail.com.

Daniela Medina, e outra com o pesquisador, professor e militante histórico do movimento negro cearense, Hilario Ferreira.

O presente dossiê insere-se nesse esforço coletivo de ampliar os horizontes da historiografia sobre o pós-abolição, contribuindo para uma perspectiva que entende a liberdade como campo de disputa no qual sujeitos negros negociaram, resistiram e reconfiguraram as condições materiais e simbólicas impostas pelo racismo estrutural. Ao enfatizar práticas de agência, experiências comunitárias, estratégias de sobrevivência e processos de marginalização, os trabalhos aqui reunidos reforçam a necessidade de abordagens capazes de articular raça, gênero, classe e território como dimensões constitutivas da experiência pós-emancipatória. Mais do que uma revisão do passado, trata-se de um exercício de memória e de compromisso ético com a pluralidade de sujeitos que compõem a história brasileira. Ao enfatizar a centralidade das experiências negras, femininas e populares na construção da cidadania, o dossiê reafirma a importância de uma historiografia crítica, que se volta às permanências e rupturas da desigualdade, sem perder de vista as práticas de resistência que marcaram e continuam a marcar a vida dos sujeitos subalternos.

Neste contexto, é fundamental destacar a importância da produção acadêmica e do claro posicionamento político em defesa da democracia, da cidadania e do conhecimento histórico balizado por teorias e metodologias constituídas em uma comunidade científica que expõe suas escolhas e a história de sua contribuição para as sociedades mundo afora, bem como a prática desses preceitos em sala de aula. Para isso, propomos aqui, nesse breve momento de abertura do debate, que será ampliado a partir da leitura crítica dos artigos reunidos, um convite à reflexão sobre "Raça, Gênero e Classe: Resistências e Memória na Construção da Cidadania Pós-Abolição".

A escolha do contexto pós-abolicionista se deu por acreditarmos que apesar deste período constituir um campo historiográfico consolidado, ele está em constante renovação. Sidney Chalhoub (1990) demonstrou como a liberdade foi constantemente tensionada por mecanismos de controle social, revelando a fragilidade da condição dos libertos. Hebe Mattos (1998) enfatizou os limites e as ambiguidades da cidadania negra, marcada por exclusões formais e informais. Maria Helena Machado (2014), por sua vez, analisou a multiplicidade de estratégias de sobrevivência e resistência dos libertos em diferentes regiões do Brasil, destacando a importância da dimensão regional para a compreensão desse processo. Ao articular diferentes perspectivas, a historiografia recente tem enfatizado que o pós-abolição não deve ser entendido apenas como período de exclusão, mas também como espaço de agência, memória e luta. Feita essa discussão, convidamos agora à leitura

dos artigos e entrevistas que compõem esta seção temática. Os trabalhos aqui reunidos aprofundam as discussões sobre o pós-abolição, oferecendo novas perspectivas e evidências que reforçam a urgência do debate sobre Raça, Gênero e Classe no Brasil.

O dossiê reúne pesquisas que tensionam, sob diferentes perspectivas analíticas, as continuidades estruturais entre escravidão, pós-abolição e racialização das desigualdades no Brasil. No artigo **“Abolição inacabada: da liberdade à marginalização por meio do apagamento social”**, examina-se como a transição do cativeiro para a liberdade produziu arranjos institucionais que, longe de assegurar cidadania plena, atualizaram mecanismos de exclusão e silenciamento da população negra. **Kaique Rodrigues Vieira** demonstra que discursos como o branqueamento e a democracia racial, aliados a práticas administrativas e políticas públicas excludentes, constituíram um processo de marginalização profundamente enraizado na formação social brasileira. Assim, evidencia-se que a abolição não foi um ponto de ruptura, mas o início de um ciclo de reconfigurações que mantiveram a população negra em posição de vulnerabilidade estrutural.

No artigo **“Entre a província e a Corte: bastidores de uma coligação política escravista na ‘Terra da Luz’ (Ceará, 1884–1888)”**, a análise se desloca para o campo político, reconstruindo as negociações, tensões e alianças que marcaram a formação da Tríplice Aliança no Ceará. A partir de um sólido corpus documental — composto por correspondências, jornais e debates parlamentares —, Alisson Freitas tensiona como elites provinciais e lideranças imperiais se articularam para reagir ao avanço do abolicionismo após 1884. Longe de representar uma unidade, a coligação revela um tabuleiro de disputas entre grupos conservadores e liberais que buscavam, cada qual à sua maneira, preservar privilégios e retardar os efeitos do processo de emancipação. A leitura demonstra que a “Terra da Luz”, apesar de pioneira na abolição, permaneceu atravessada por resistências políticas que buscavam redefinir os limites da liberdade recém-proclamada.

A discussão se aprofunda no artigo de **Thiago Medeiros Fernandes**, **“Entre democracia racial e a cidadania da população negra pós-abolição”**, que analisa criticamente as contradições entre o ideal de igualdade racial propagado pelo Estado brasileiro e as experiências concretas da população negra no início do século XX. A partir da atuação da imprensa negra, das associações e da Frente Negra Brasileira, o texto evidencia que a cidadania negra foi construída em permanente disputa contra estruturas raciais que negavam reconhecimento, direitos e participação política. O artigo argumenta que a democracia racial funcionou como narrativa reguladora, destinada a

desmobilizar conflitos e ocultar desigualdades, ao mesmo tempo em que grupos negros elaboraram práticas próprias de resistência, organização e afirmação identitária.

Por fim, o artigo “**Tutela, soldada e liberdade vigiada em Fortaleza - CE: experiências infantis no mundo do trabalho pós-abolicionista**” investiga as formas de tutela, trabalho e disciplinamento que incidiram sobre mulheres e crianças negras no pós-abolição, analisando práticas como soldada, criadagem, institucionalização e serviço doméstico. Combinando fontes judiciais, periódicos e relatórios administrativos, o estudo revela como o Estado, as elites urbanas e as instituições de assistência produziram dispositivos de controle que atualizavam lógicas escravistas em um contexto formalmente livre. Ao articular debates sobre gênero, raça, trabalho e cuidado, o artigo demonstra que a infância negra continuou submetida a regimes de exploração e vigilância que naturalizaram desigualdades e reafirmaram hierarquias raciais na Primeira República.

Em conjunto, os artigos aqui reunidos reafirmam a centralidade do pós-abolição como campo analítico e mostram que compreender a persistência das desigualdades raciais no Brasil exige examinar os mecanismos que as produziram, sustentaram e legitimaram ao longo do tempo. Trata-se de um dossiê que não apenas revisita debates fundamentais, mas também amplia o repertório interpretativo sobre liberdade, cidadania, violência institucional e construção de identidades negras, contribuindo decisivamente para os estudos sobre raça, política e história social no Brasil.

Para além dos artigos, o Dossiê conta com duas entrevistas que ampliam e complexificam o debate historiográfico ao articularem experiência vivida, trajetória intelectual e produção de conhecimento crítico sobre raça, memória e pós-abolição. A conversa com Daniela Márcia Medina Pereira Agapito revela uma trajetória profundamente marcada pela articulação entre maternidade, racialidade e docência, destacando como sua formação acadêmica se enraíza em experiências cotidianas e em observações sensíveis do território. Daniela narra sua inserção na pesquisa histórica a partir de vivências pessoais, que gradualmente se transformam em perguntas de pesquisa e marcos teóricos sobre raça, gênero e discurso. Sua elaboração do “léxico racista”, emergida no doutorado, explicita como as violências simbólicas contra a população negra foram historicamente produzidas e naturalizadas, reafirmando a importância de leituras decoloniais e da inserção de autoras e autores africanos e afro-diaspóricos nos currículos da educação básica e superior. A professora Daniela Medina também destaca o papel da docência como prática afetiva e política, na qual o compromisso com o combate ao racismo estrutural permeia tanto o planejamento pedagógico quanto a formação sensível dos estudantes.

A entrevista com José Hilário Ferreira Sobrinho, por sua vez, oferece uma narrativa sobre a formação da consciência negra no Ceará, combinando memória pessoal, militância e pesquisa acadêmica. Hilário revisita sua infância em uma família negra pobre de Fortaleza, exposta ao racismo estrutural em suas dimensões mais cotidianas: a precariedade material, a disputa por espaços de lazer, a violência simbólica e a segregação sutil. Sua trajetória intelectual emerge da militância religiosa e da Teologia da Libertação, que o introduzem à organização comunitária, ao trabalho cultural e à leitura crítica da realidade. O evento de racismo vivido no ambiente escolar, uma agressão verbal e simbólica de grande impacto, torna-se marco inaugural de sua consciência racial, impulsionando sua entrada no movimento negro através do GRUCON. Ao rememorar episódios como o Seminário Negrada Negada (1992) e o I SENUN, Hilário situa-se em um momento decisivo para o debate racial no Ceará, quando se inicia uma crítica sistemática ao eurocentrismo da universidade e se reafirma a centralidade da população bantu na formação histórica e cultural do Estado.

Ambas as entrevistas convergem ao evidenciar como a experiência negra, marcada por luta, afeto, silêncio, resistência e reelaboração constante, é inseparável da produção de conhecimento. Daniela Medina e Hilário Ferreira demonstram a partir das suas experiências que fazer pesquisa sobre raça não é apenas descrever estruturas, mas romper com elas, questionando epistemocídios, ressignificando vocabulários e produzindo metodologias que partem do corpo, da memória e da coletividade. As reflexões de Hilário Ferreira sobre a diferença entre estudar o “negro no Ceará” e o “negro do Ceará” dialogam com a abordagem de Daniela Medina sobre a urgência de currículos que reconheçam a pluralidade das matrizes africanas e afro-diaspóricas. Suas narrativas apontam para desafios persistentes, o apagamento da história negra cearense, a resistência institucional ao debate racial, a necessidade de reparações históricas, mas também para horizontes de esperança: o fortalecimento da pesquisa acadêmica, a reescrita da memória coletiva, a formação de novas gerações críticas e o uso estratégico das tecnologias para reconstruir histórias negadas.

Em conjunto, as duas entrevistas constituem não apenas depoimentos biográficos, mas documentos intelectuais. Elas reafirmam que a historiografia da população negra no Brasil e especialmente no Ceará se faz a partir de trajetórias que recusam o silêncio, que transbordam para além da universidade e que se enraízam em práticas políticas, pedagógicas e comunitárias. São vozes que tensionam o passado e iluminam o futuro, convocando a pesquisa histórica, a educação e a ação antirracista a caminhar juntas na construção de uma sociedade mais justa.

Ao conectar o rigor da pesquisa histórica com experiências práticas, buscamos demonstrar a relevância de debater a Resistência e a Memória na Construção da Cidadania Pós-Abolição não só dentro da academia, mas também fora dela. Esperamos que os artigos e as experiências aqui compartilhados inspirem novas pesquisas e, acima de tudo, reforcem a importância de uma prática docente e científica comprometida com a valorização das diversas narrativas que moldaram o nosso passado e que continuam a construir o nosso presente.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural.** São Paulo: Pólen, 2019.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: _____. **Magia e técnica, arte e política:** ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade:** uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.
- GONDAR, Jô.: Quatro Proposições sobre Memória Social, in: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera. **O que é memória social**, Rio de Janeiro: UNIRIO, 2005.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano.** Rio de Janeiro: Zahar, 2020 [1988].
- MACHADO, Maria Helena P. T. **O plano e o pânico:** os movimentos sociais na década da abolição. São Paulo: Edusp, 2014.
- MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio:** os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1998.
- MUNANGA, Kabengele. **Redisputando a mestiçagem no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2004.
- SANTANA, F. W. S. F.; PRISCILLA RÉGIS CUNHA DE QUEIROZ. Memória social dos quilombos do Cariri: um acervo virtual em construção. **Páginas a&b:** arquivos e bibliotecas, [S. l.], p. 280–292, 2023. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasab/article/view/13146>. Acesso em: 5 set. 2025.
- SCOTT, James. **A dominação e a arte da resistência:** discursos ocultos. Lisboa: Letra Livre, 2013.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Recebido em 15 de dezembro de 2025

Aceito em 16 de dezembro de 2025

Publicado em 19 de dezembro de 2025